

ipea

Instituto de Planejamento Econômico e Social

IPLAN

Instituto de Planejamento

Acompanhamento de Políticas Públicas

nº 001

Análise de Desempenho do Setor Industrial

Janeiro-Junho de 1988

Coordenadoria de Indústria e Tecnologia

IPEA INSTITUTO DE PLANEJAMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

Instituto de Planejamento - IPLAN

Acompanhamento de Políticas Públicas

nº 001

Análise de Desempenho do Setor Industrial

Janeiro-Junho de 1988

Coordenadoria de Indústria e Tecnologia

O IPEA - Instituto de Planejamento Econômico e Social, é uma fundação vinculada à SEPLAN, composta pelo Instituto de Planejamento (IPLAN), Instituto de Pesquisas (INPES), Centro de Treinamento para o Desenvolvimento Econômico (CENDEC) e Instituto de Programação e Orçamento (INOR).

Ministro-Chefe da SEPLAN: João Batista de Abreu

Presidente do IPEA: Ricardo Luís Santiago

Superintendente do IPLAN: Flávio Rabelo Versiani

Superintendentes-Adjuntos do IPLAN: Joaquim Pinto de Andrade e
Solon Magalhães Vianna

Coordenadoria de Agricultura e Abastecimento: Guilherme Costa Delgado

Coordenadoria de Educação e Cultura: Divonzir Arthur Gusso

Coordenadoria de Emprego e Salários: Ricardo Roberto de Araújo Lima

Coordenadoria de Desenvolvimento Regional: Aureo Miranda

Coordenadoria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente: Edgar Bastos

Coordenadoria de Indústria e Tecnologia: Francisco Almeida Biató

Coordenadoria de Minas e Energia: José Cechin

Coordenadoria de Planejamento Macroeconômico: João do Carmo Oliveira

Coordenadoria de Saúde e Previdência Social: Maria Emília Rocha Mello de Azevedo

Coordenadoria de Setor Externo: Renato Coelho Baumann das Neves

Coordenadoria de Transportes e Comunicações: Sérgio de Azevedo Marques

SUMÁRIO

1. Cenário da Conjuntura Industrial	01
2. Nível de Atividade	03
Tabelas e Gráficos	
3. Investimento	17
Tabelas	
4. Emprego Industrial	22
Tabelas	
5. Comércio Exterior	29
Tabelas e Gráficos	

ANÁLISE DE DESEMPENHO DO SETOR INDUSTRIAL

JANEIRO-JUNHO DE 1988

1. CENÁRIO DA CONJUNTURA INDUSTRIAL

O setor industrial apresentou queda de aproximadamente 5,0% no nível de atividade ao longo dos seis primeiros meses desse ano, comparativamente ao primeiro semestre de 1987, fato que, pela magnitude e para efeito de orientação de política econômica, deve ser analisado de forma tal que permita o escrutínio tanto de elementos conjunturais quanto daqueles estruturais.

A perda de dinamismo industrial tem sido um dos grandes problemas da economia brasileira na presente década. Pode ser constatada pelo comportamento cíclico da produção, cujo nível máximo foi alcançado em 1980, e pela redução dos investimentos no setor, que caíram aproximadamente 25% entre 1979 e 1987, com pequena recuperação em 1986 decorrente da atipicidade do período do Plano Cruzado.

Como mencionado em boletins anteriores da CIT/IPLAN, a década de 1980 caracteriza-se pelo que se denomina de "política do stop and go". Nesse sentido, é importante ressaltar que a fase de recuperação do ciclo econômico iniciado no último trimestre de 1984 foi acentuada durante 1986, tendo então sido alcançados níveis de atividades equivalentes aos de 1980. A curta fase de prosperidade perdurou até o primeiro trimestre de 1987. A partir de então, sobressaem aspectos recessivos que passam a dominar o cenário da conjuntura. A exemplo da experiência do início da década, os resultados esperados durante certo período são essencialmente no sentido de incrementos de capacidade ociosa e de melhorias da balança comercial do País.

É de considerar, no entanto, que a ocorrência desses dois componentes permite que se formem condições de retomada cíclica do crescimento. Dessa forma, é importante qualificar o diagnóstico conjuntural - seja de recessão ou de recuperação - como um elemento esperado, inclusive pelos agentes econômicos responsáveis pela dinamização dos investimentos industriais.

Sem a correção dos problemas estruturais ao nível macroeconômico - dentre os principais estão a dívida externa e a interna - elementos de expectativa tornam progressivamente mais complexa a administração da conjuntura econômica.

Atualmente, o virtual encilhamento do setor público tende a amortecer os impactos econômicos (em termos de multiplicador) derivados de medidas expansionistas de demanda, como é o caso da exportação, enquanto os recursos tornados disponíveis junto ao setor privado são, de modo preferencial, canalizados para financiamento de dispêndios públicos (inclusive transferências financeiras ao setor privado), alternativamente à expansão de capacidade.

Paralelamente, a questão inflacionária, independentemente do diagnóstico referente à sua manifestação atual, reflete um desequilí-

brio agregado entre oferta e demanda, visto de maneira ex-ante. Em termos conceituais, o total dos egressos macroeconômicos - onde se inclui o investimento - supera o total dos ingressos (poupança, impostos, etc.). Nesse sentido, propostas de alavancagem do investimento industrial requerem reordenamento das condições de financiamento, onde, com certeza, estão incluídas as questões das dívidas interna e externa.

Em suma, analisando-se a conjuntura industrial por quaisquer dos dois principais sinalizadores atuais da economia - inflação e variação cíclica de produção com reduzido investimento - conclui-se que o padrão de comportamento setorial obedece a restrições estruturais ao crescimento.

A análise desagregada da conjuntura, empreendida a seguir, tem importância na avaliação do grau de intensidade dos problemas presentes, com o propósito de orientar os instrumentos de política econômica voltados ao curto prazo. Contudo, cabe enfatizar que tais instrumentos não devem ser tratados como substitutos às alterações estruturais necessárias.

Esses e outros pontos são comentados nos tópicos que se seguem.

2. NÍVEL DE ATIVIDADE

Tem sido observada uma relativa estabilidade da produção industrial no curto prazo, conforme mostram os indicadores com ajustamento sazonal do IBGE (Tabela 1 e Gráfico 1). A partir do quarto trimestre de 1987 foi interrompida a tendência de queda acentuada do nível de atividade da indústria de transformação, que se verificava desde o início daquele ano, tendo a produção, a partir de então, se situado em patamares próximos aos verificados no semestre que antecedeu a adoção do Plano Cruzado. Convém salientar ainda que o nível de atividade registrado em junho de 1988 elevou substancialmente a média do segundo trimestre do corrente ano - mais 1,4% em relação ao trimestre anterior - introduzindo ligeira tendência de crescimento na curva de produção, cuja possibilidade de consolidação nos próximos meses, no entanto, ainda é difícil de avaliar.

Essa estabilidade é atribuída, fundamentalmente, ao dinamismo das exportações de produtos manufaturados, que tem permitido atenuar o impacto negativo do desempenho da demanda interna no nível das atividades setoriais. Mais recentemente, identificam-se também, como fatores responsáveis pela tênue reação positiva da atividade industrial, movimentos de formação de estoques de produtos em alguns segmentos, facilitados pelo baixo nível das taxas de juros reais¹, e o impulso favorável representado pelo desempenho do setor agrícola, em termos de geração de demanda interna (renda agrícola) e de elevação da produção do complexo agroindustrial².

Vale considerar, contudo, que apesar da estabilidade apontada, os indicadores de desempenho acumulados evidenciam níveis de atividade, em 1988, substancialmente inferiores aos verificados no ano anterior, dado que a base de cálculo utilizada leva em conta a forte expansão ocorrida durante a vigência do Plano Cruzado. Assim a produção da indústria de transformação reduziu-se de 5,3% no primeiro semestre de 1988 em relação a igual período no ano anterior. O nível favorável da

¹A taxa do overnight real, por exemplo, negativa desde outubro de 1987, situou-se em 2,0% em maio de 1988.

²Segundo dados preliminares já disponíveis, há indícios de que ocorreu no mês de junho de 1988 um crescimento acentuado das vendas industriais, particularmente no mercado interno. O indicador de vendas totais da FIESP revela um crescimento real de 5,0% em junho em relação ao mês anterior. O incremento de vendas foi substancialmente maior nas regiões do interior, refletindo provavelmente o papel dinamizador da renda agrícola. Além disso, a evolução observada decorreu, em parte, de promoções/descontos no trimestre abril-junho, que reduziu estoques do comércio varejista.

atividade setorial no último mês de junho possibilitou alguma recuperação no indicador acumulado do ano, já que a redução observada até maio era de 6,6% (Tabela 2 e Gráfico 2)³.

O indicador de tendência (taxa de crescimento acumulada de doze meses), que mostrava queda contínua desde julho de 1987, passando de 7,8% naquele momento para -5,2% em maio de 1988, revela estabilização em junho do corrente ano. Comportamento semelhante é observado nos segmentos produtores de bens intermediários e de bens de consumo não duráveis, enquanto, nos casos de bens de capital e de bens de consumo duráveis, o patamar de produção de junho permitiu leve inflexão da tendência de queda no nível de atividade acumulada⁴. (Tabela 3 e Gráfico 3).

Independentemente de qualquer movimento pronunciado de reanclamento da atividade industrial ao longo dos próximos meses, poder-se esperar a continuidade da tendência de recuperação paulatina dos níveis de produção, tendo em conta o efeito sazonal que garante normalmente níveis de produção superiores nos segundos semestres (cerca de 10% a mais) e considerando-se também que o segundo semestre de 1987 apresentou patamar de produção bastante deprimido. Um exercício rudimentar de projecção da produção da indústria de transformação para o ano de 1988, baseado meramente em ajustamento sazonal, resulta em uma taxa de redução da produção no ano em torno de 1,5%, o que indica uma melhoria substancial em relação àquela verificada no primeiro semestre.

A possibilidade de que a produção industrial em 1988 possa superar a verificada no ano passado estaria na dependência de alterações significativas na dinâmica dos vetores da demanda agregada, cuja probabilidade de ocorrência é ainda incerta. Nesse sentido, observa-se que não existe qualquer indicio de recuperação da taxa de investimento da economia. No que concerne às exportações, há dúvidas quanto à possibilidade de que estas possam manter, ao longo do segundo

³A importância do papel das exportações de manufaturados para o nível da atividade industrial sobressai quando se estima, a grosso modo, que a taxa de redução da produção no primeiro semestre teria sido superior a 12%, na hipótese de crescimento nulo das vendas externas. Nesse sentido observa-se, entre os segmentos industriais que cresceram no primeiro semestre, concentração acentuada naqueles voltados para o comércio exterior.

⁴Não obstante, tais segmentos de bens de consumo duráveis e de bens de capital ainda apresentam taxas acumuladas de redução do nível de produção superiores à média da indústria de transformação, respectivamente, -6,0% e -7,3%. Identifica-se relativa estabilização das taxas de redução da produção do setor de bens duráveis desde o início de 1988, por conta do maior dinamismo da indústria automobilística. Já no setor de bens de consumo não duráveis, observa-se recuperação da produção da indústria alimentar, acentuada sobretudo nos dois últimos meses, tendência que deve manter-se, em virtude das repercussões da safra agrícola no complexo agroindustrial. Em contrapartida, tem-se observado retração da produção de têxteis.

semestre, o mesmo desempenho verificado nos primeiros meses do ano, particularmente tomando em consideração a dificuldade de garantir níveis reais da taxa de câmbio favoráveis em uma conjuntura de aceleração inflacionária. Com relação ao consumo interno é ainda prematura qualquer avaliação sobre o comportamento futuro da massa salarial, a par da constatação evidente de que o prosseguimento da atual política de salários implica perdas reais com o recrudescimento inflacionário. Ademais, não é provável a ocorrência de aumento relevante dos níveis de emprego industrial, uma vez que, no passado recente, vem sendo mantida uma relativa estabilidade do emprego frente às quedas da produção industrial.

TABELA 1
BRASIL - PRODUÇÃO INDUSTRIAL
INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO
ÍNDICES SAZONALMENTE AJUSTADOS (1981=100)

Periodo	Indices	Variacao(%) s/trim.anterior (%)
1986		
1 trimestre	115,2	
2 trimestre	117,7	2,2
3 trimestre	123,8	5,2
4 trimestre	124,6	0,6
1987		
1 trimestre	128,3	3,0
2 trimestre	125,1	-2,5
3 trimestre	116,7	-6,7
4 trimestre	118,1	1,2
1988		
1 trimestre	117,6	-0,4
2 trimestre	119,2	1,4

FONTE : Indicadores IBGE

TABELA 2

BRASIL - TAXAS DE CRESCIMENTO DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL
INDÚSTRIA GERAL E INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO
(EM PORCENTAGEM)

ANO/MES	Ind. Geral			Ind. Transform.		
	Mensal (1)	Acumulada (2)	12 mes. (3)	Mensal	Acumulada	12 mes.
1987						
Julho	-6,2	5,5	7,4	-6,5	5,8	7,8
Agosto	-4,7	4,0	6,2	-5,0	4,3	6,6
Setembro	-5,3	2,8	4,3	-5,5	3,0	4,6
Outubro	-7,1	1,7	2,6	-7,4	1,8	2,8
Novembro	-2,2	1,3	1,7	-2,4	1,4	1,8
Dezembro	-3,7	0,9	0,9	-4,0	1,0	1,0
1988						
Janeiro	-1,8	-8,8	-0,3	-9,3	-9,0	-0,3
Fevereiro	-8,7	-8,8	-1,8	-9,4	-9,4	-1,9
Marco	-0,1	-5,7	-2,8	-0,3	-6,2	-3,0
Abril	-7,8	-6,2	-4,0	-8,3	-6,7	-4,3
Maiο	-5,8	-6,1	-4,9	-6,0	-6,6	-5,2
Junho	1,5	-4,8	-4,9	1,5	-5,3	-5,2

Fonte : Indicadores IBGE

- 1 - sobre mesmo mes do ano anterior
- 2 - sobre igual periodo do ano anterior
- 3 - acumulada de 12 meses

TABELA 3
BRASIL - TAXAS DE CRESCIMENTO DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL
POR SETORES DE USO
(EM PORCENTAGEM)

ANO/MES	Jan	Fev	1988 Mar	Abr	Mai	Jun
Bens de Capital						
Mensal (1)	-9,6	-4,9	6,2	-5,1	-4,5	-0,5
Acumulada (2)	-9,3	-7,2	-3,1	-3,2	-3,5	-2,8
12 Meses (3)	-3,1	-4,4	-5,0	-5,6	-6,4	-6,0
Bens Intermediarios						
Mensal	-6,4	-5,6	0,2	-5,3	-4,3	2,5
Acumulada	-6,3	-6,0	-3,9	-4,2	-4,1	-3,3
12 Meses	0,1	-1,1	-1,9	-2,9	-3,6	-3,6
Bens Cons. Duraveis						
Mensal	-17,3	-17,2	-7,1	-10,1	-4,6	3,3
Acumulada	-17,3	-16,9	-8,9	-8,1	-9,0	-6,2
12 Meses	-6,8	-8,7	-8,0	-8,7	-8,2	-7,3
Bens Cons. N Duraveis						
Mensal	-8,7	-11,9	-1,9	-10,7	-7,7	3,4
Acumulada	-8,7	-10,2	-7,5	-8,3	-8,2	-6,0
12 Meses	0,5	-1,4	-2,8	-4,4	-5,4	-5,2

Fonte : Indicadores IBGE :

- (1) sobre igual mes do ano anterior
- (2) sobre igual periodo do ano anterior
- (3) acumulada de 12 meses

GRÁFICO 1

EVOLUCAO DA PRODUCAO-IND.TRANSFORMACAO
ÍNDICES TRIMESTRAIS BASE FIXA SAZONALMENTE AJUSTADOS

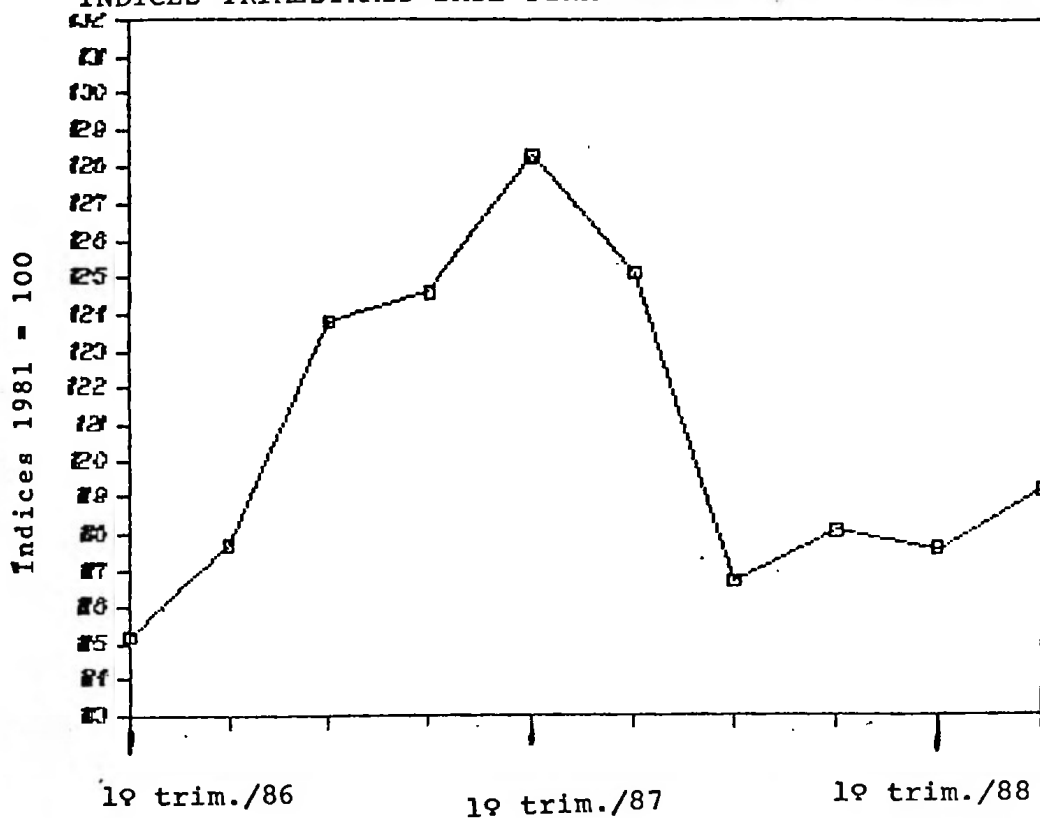


GRÁFICO 1a

EVOLUCAO DA PRODUCAO-IND.TRANSFORMACAO
INDICES TRIMESTRAIS BASE FIXA-SAZONALMENTE AJUSTADOS

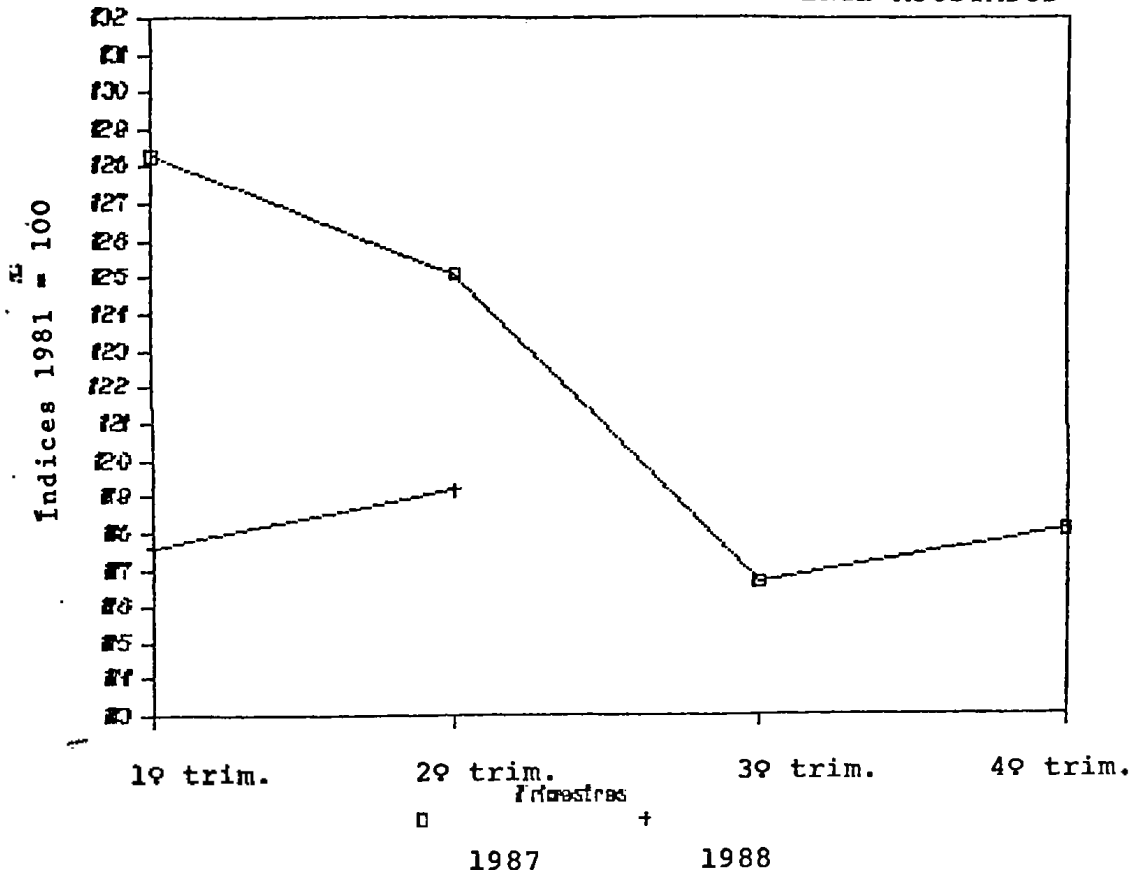


GRÁFICO 2

EVOLUCAO DA PRODUCAO-IND.TRANSFORMACAO
INDICES BASE FIXA

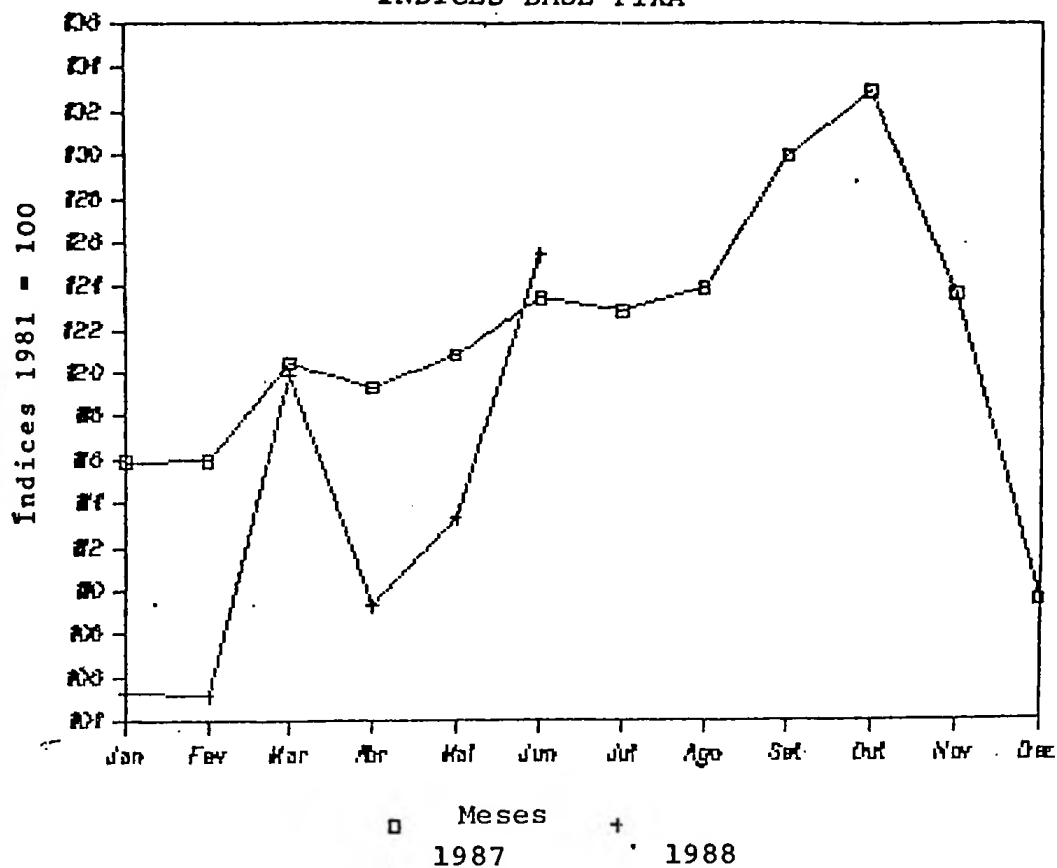


GRÁFICO 3

EVOLUÇÃO DA IND. DE TRANSFORMAÇÃO
TAXAS DE CRESCIMENTO DE PRODUÇÃO

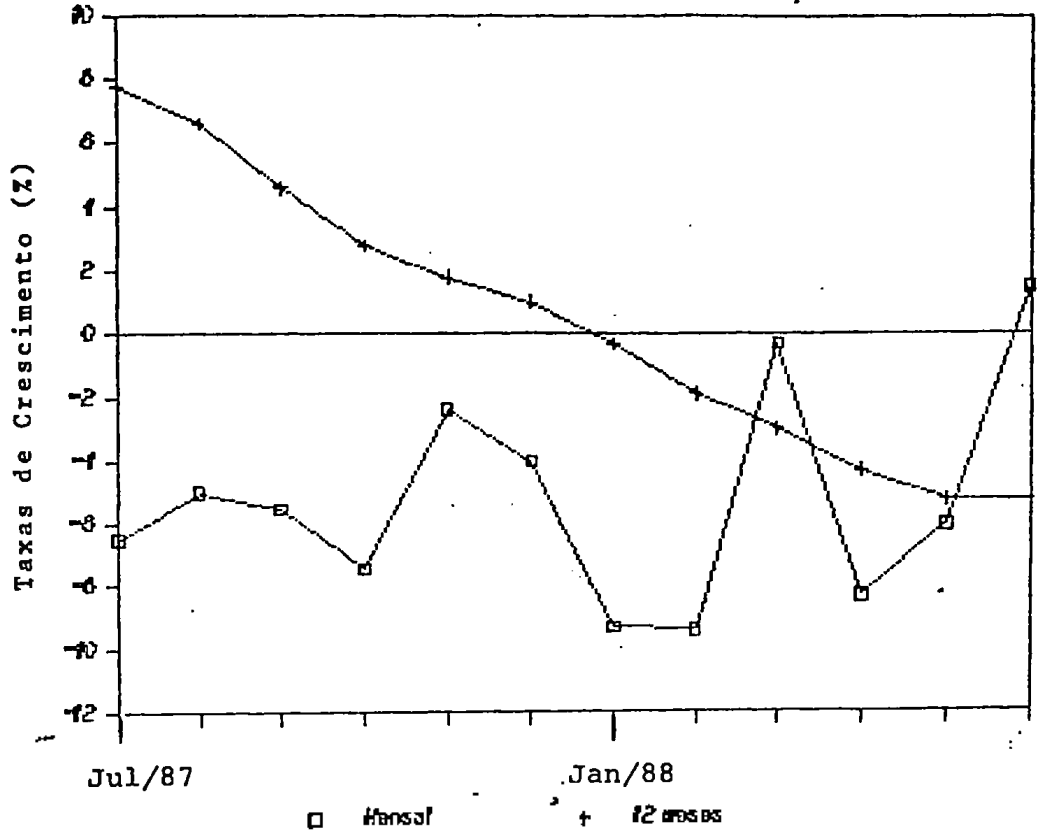


GRÁFICO 3a

EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL
BENS DE CONSUMO DURÁVEIS

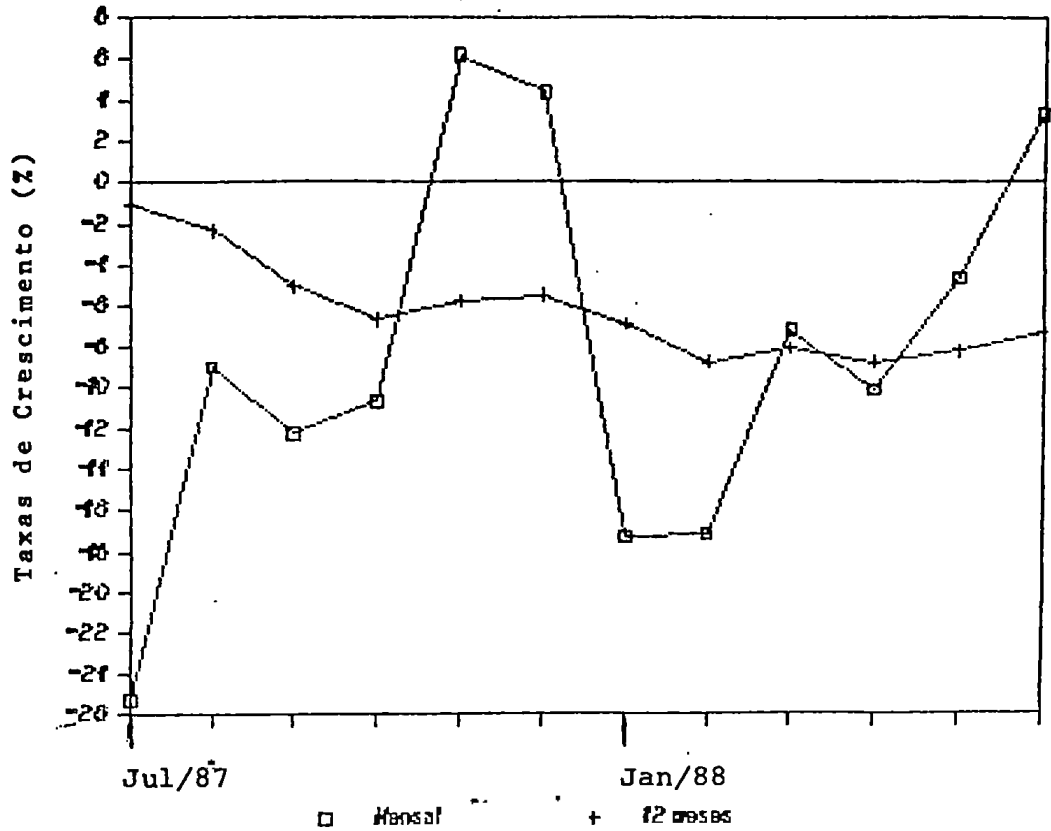


GRÁFICO 3b

EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL
BENS DE CAPITAL

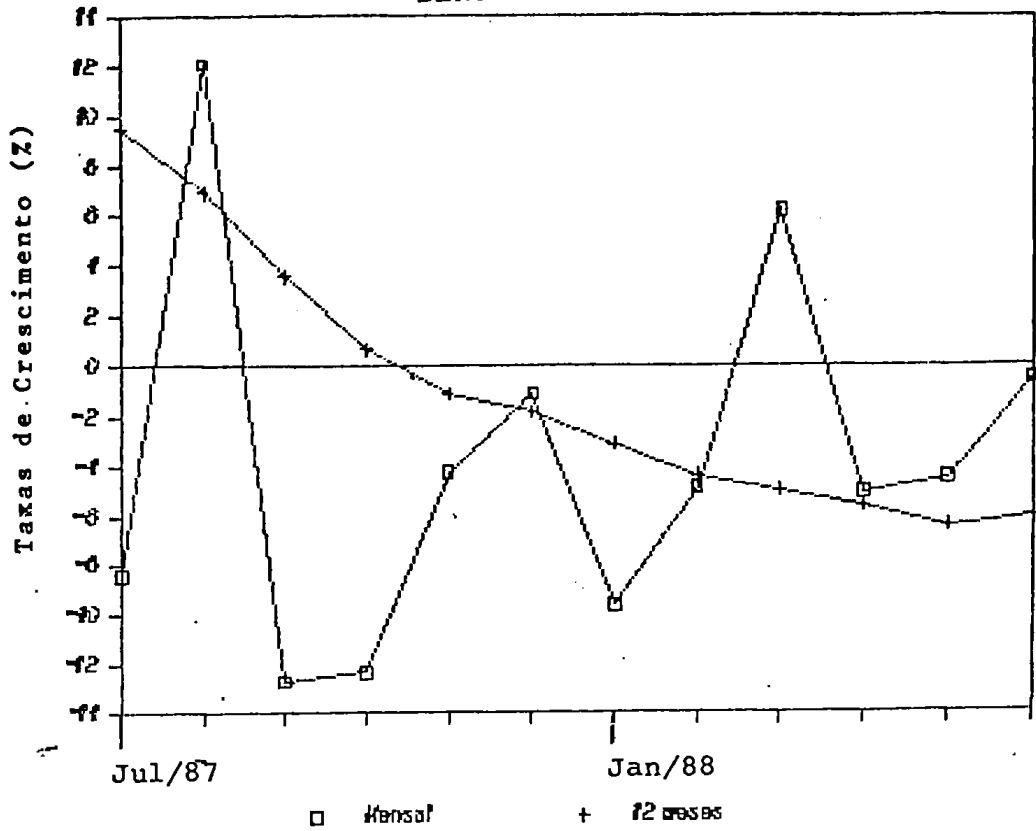


GRÁFICO 3c

EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL BENS DE CONSUMO NÃO DURÁVEIS

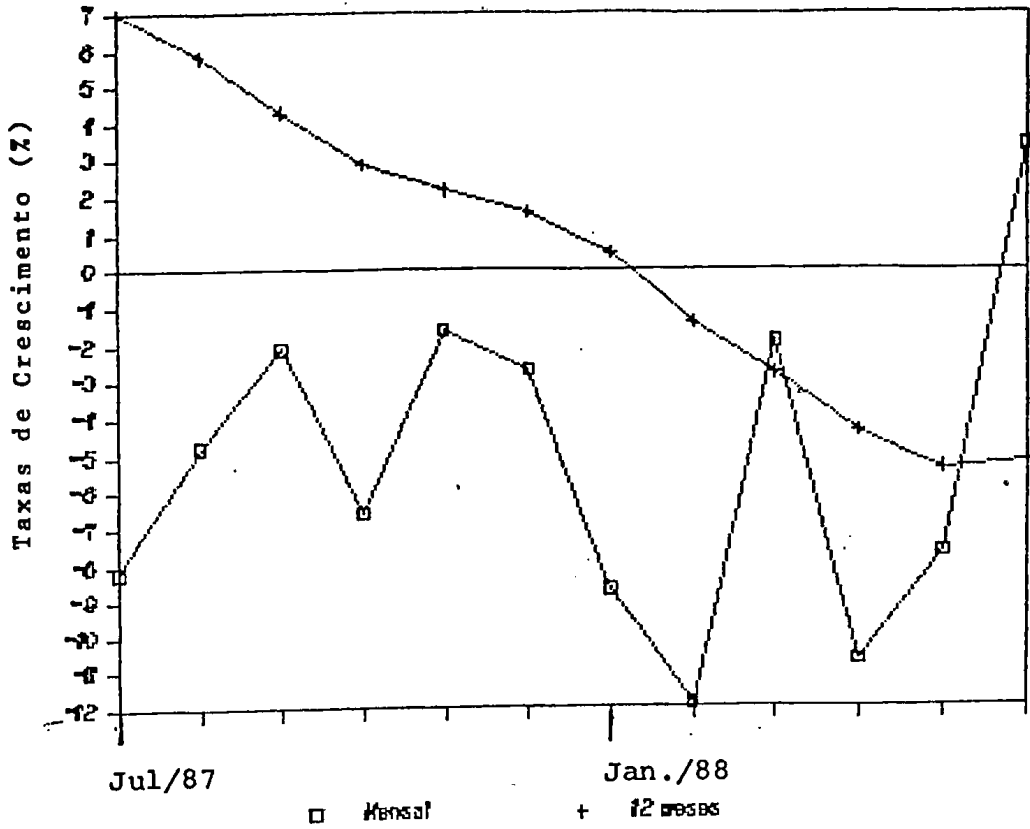
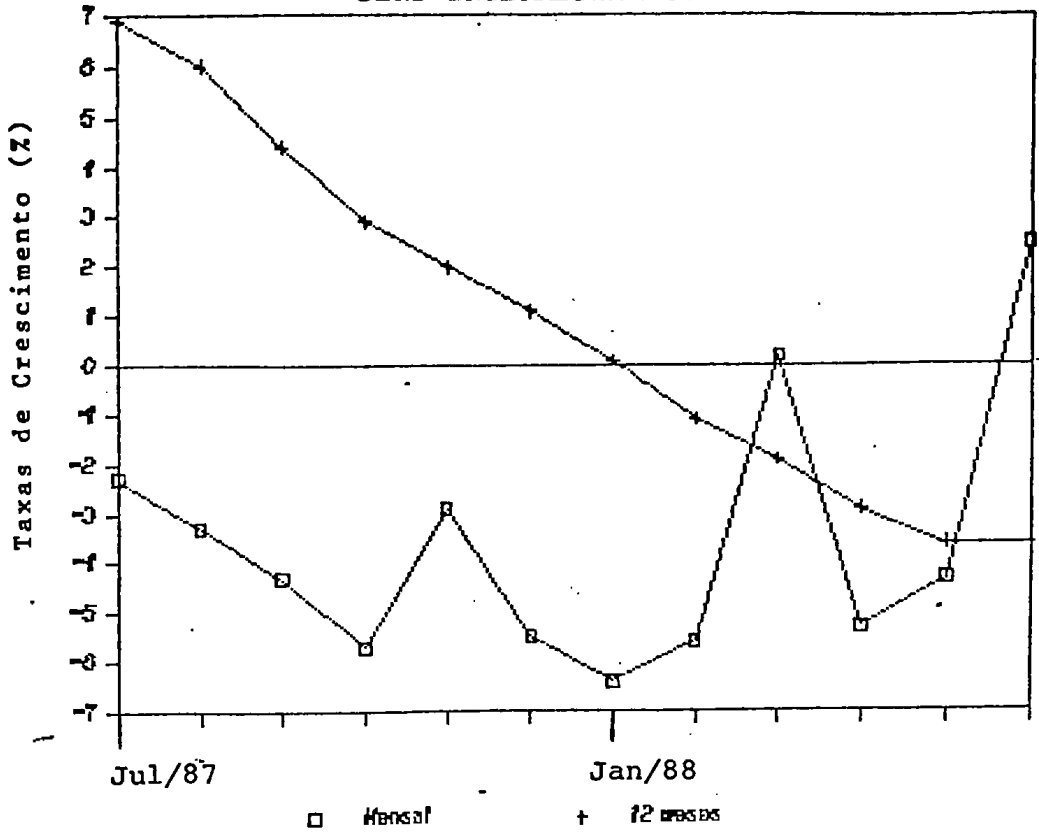


GRÁFICO 3d

EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL
BENS INTERMEDIÁRIOS



3. INVESTIMENTO

Em 1987 verificou-se a reversão da tendência de recuperação da taxa de investimentos da economia que vinha ocorrendo desde 1985, depois de cinco anos consecutivos de quedas. A redução da taxa começou a ser delineada já no segundo trimestre do ano passado, tendo decaído, de uma média de 18% nos três primeiros meses daquele ano, para 16,3% no segundo trimestre de 1988, apesar de alguma recuperação nos níveis absolutos da formação bruta de capital fixo entre o último trimestre de 1987 e o primeiro de 1988⁵. (Tabela 1).

Deve-se salientar que uma queda de 1,5 pontos percentuais daquela taxa corresponde aproximadamente a uma redução de cerca de US\$ 4,7 bilhões no nível de investimentos. Ademais, a taxa de 1987, da ordem de 17,5%, situou-se em torno de sete pontos percentuais abaixo daquelas verificadas na década de 70, que viabilizaram um crescimento do PIB de 7,0% ao ano.

Em contrapartida à tendência evidenciada pelo índice de formação bruta de capital fixo, os desembolsos realizados pelo Sistema BNDES, que servem como indicador financeiro dos investimentos, cresceram no primeiro semestre de 1988 em relação ao mesmo período do ano anterior (8,0%). Cabe mencionar, no entanto, que esse incremento, além de refletir o início da implantação de importantes projetos na área de insumos básicos, estaria também influenciado pela intensificação de recursos aplicados em programas de saneamento financeiro de empresas⁶ (Tabela 3).

Tem sido consensual e recorrente o diagnóstico que aponta como causa da queda dos investimentos no último ano a convergência de vários fatores que afetam a formação de expectativas. Destacam-se a

⁵Estimativas do IPEA/INPES. Indicadores indiretos de investimento fixo, que compreendem as produções de bens de capital e cimento, revelam que nos dois primeiros meses de 1988 o nível de produção desses segmentos esteve muito comprimido quando comparado ao mesmo período do ano anterior. Contudo, já a partir de março percebe-se uma estabilização dos respectivos níveis de produção. Esses indicadores revelam, ainda, acentuada tendência, verificada nos últimos anos, de um melhor comportamento relativo da indústria de construção civil (afetado pela produção de cimento), o que faz aumentar a sua participação na formação bruta de capital fixo, e pode estar contribuindo para reduzir o potencial reprodutivo dos investimentos (Tabela 2).

⁶As liberações efetuadas pela FINAME, que são caracterizadas por compreenderem basicamente o financiamento de máquinas e equipamentos, cresceram em termos reais mais de 65% no período janeiro-julho de 1988, em relação ao mesmo período do ano anterior.

retração da atividade industrial, acompanhada de explosão inflacionária, e as indefinições de ordem política e econômica⁷.

Também existe consenso quanto à dificuldade de prognosticar o comportamento futuro dos investimentos fixos na economia, tendo em conta que os indicadores precoces disponíveis não permitem visualizar a consolidação de qualquer tendência. Verificam-se, por exemplo, comportamentos distintos com relação ao volume de pedidos em carteira no setor de bens de capital, com redução no segmento de máquinas e equipamentos seriados e com aumento de pedidos no segmento de bens de capital sob encomenda. Da mesma forma, constata-se aumento do valor dos investimentos aprovados pelo CDI, em contrapartida à redução das consultas feitas ao BNDES. Ademais, à retomada de inversões de porte no segmento de insumos básicos, como petroquímica, fertilizantes e papel e celulose, contrapõe-se a estimativa de redução de aplicações nos grandes empreendimentos públicos.

A par da indefinição quanto ao resultado desses movimentos divergentes, admite-se a existência de fatores potencialmente favoráveis a alguma melhoria no nível de investimentos, entre os quais destacam-se: a estabilização dos níveis de produção nos últimos meses, interrompendo o processo de queda verificado desde o início de 1987; a existência de níveis relativamente baixos de ociosidade na indústria; a recuperação recente dos investimentos estrangeiros associada às perspectivas em termos de conversão da dívida externa; e a boa situação de liquidez das empresas.

⁷Dentro de um enfoque que extrapola os limites da análise conjuntural, deve-se considerar que a formação da poupança interna tem constituído séria restrição ao crescimento dos investimentos. Assim, na década de 70, de uma taxa média de investimento de 22,8%, a poupança privada financiava 64%, a poupança pública 20% e a poupança externa 16%. Na presente década, particularmente a partir de 1982, verifica-se o estancamento da entrada de recursos externos e a deterioração da poupança pública, fazendo com que o setor privado chegue a financiar mais de 100% do investimento.

Tabela 1
BRASIL: Formação Bruta de Capital Fixo e
Taxa de Investimento
1983-1988

PERÍODO	ÍNDICE 1980=100	FBKF Variação (%) sobre trimestre anterior	Taxa de Investimento FBKF/PIB (%) ¹
1983	<u>69,1</u>		<u>16,0</u>
1984	<u>70,8</u>		<u>15,5</u>
1985	<u>79,1</u>		<u>16,0</u>
1986	<u>95,3</u>		<u>17,3</u>
1º trimestre	91,5		16,5
2º trimestre	93,5	2,2	17,1
3º trimestre	98,2	5,0	17,7
4º trimestre	98,0	-0,2	17,9
1987	<u>92,6</u>		<u>17,2</u>
1º trimestre	98,7	0,7	18,2
2º trimestre	95,9	-2,8	17,6
3º trimestre	87,7	-8,6	16,4
4º trimestre	88,1	0,4	16,4
1988	<u>89,7</u>		<u>16,5</u>
1º trimestre	90,8	3,3	16,7
2º trimestre	88,6	-2,4	16,3

Fonte: IPEA/INPES

¹a preços constantes de 1980.

TABELA 2
BRASIL - INDICADORES DA FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL
(EM PERCENTAGEM SOBRE IGUAL PERÍODO DO ANO ANTERIOR)

PERÍODO	Produção de Bens de Capital		Produção de Cimento	
	Variação Acumulada	Variação Mensal	Variação Acumulada	Variação Mensal
JAN/87	8.9	8.9	30.3	30.3
FEV	11.2	13.4	30.7	31.1
MAR	12.1	13.8	26.5	15.0
ABR	9.6	3.4	20.6	7.0
MAI	8.8	6.1	15.1	-2.5
JUN	6.2	-5.6	10.1	-11.9
JUL	3.8	-8.3	6.9	-8.8
AGO	-1.7	-12.0	5.2	-4.1
SET	-0.2	-12.7	4.2	-2.7
OUT	-1.6	-12.8	2.7	-8.1
NOV	-0.2	-4.2	1.0	-7.7
DEZ	-0.2	-1.6	1.0	-6.9
JAN/88	-9.6	-9.6	-11.3	-11.3
FEV	-7.2	-5.0	-11.3	-11.4
MAR	-2.8	6.1	-3.2	15.7
ABR	-3.4	-5.1	-1.5	4.0
MAI	-3.6	-4.5	-2.2	-5.0
JUN	-0.5	-2.8	0.8	18.3

FONTE: IBGE e SNIC

TABELA 3
DESEMBOLSOS BNDES
RECURSOS ORDINÁRIOS E VINCULADOS
Cz\$ Milhões de Julho de 1988

MES	REC. ORDIN. Valor	REC. VINCUL. Valor	T O T A L Valor	INDICE
JAN-87	38867.7	15081.4	53949.1	1 TRIM
FEV	56600.4	4081.3	60681.7	=100
MAR	52994.8	2872.5	55867.3	
ABR	61362.7	2100.3	63463	2 TRIM
MAI	53878.7	6517.3	60386	=104,6
JUN	49288.7	5368.7	54657.4	
JUL	46062.5	12671.3	58733.8	3 TRIM
AGO	55975.2	3182	59157.2	=106,1
SET	58486.8	4585.6	63072.4	
OUT	73655.5	6462.1	80117.6	4 TRIM
NOV	65046.7	8027.9	73074.6	=201,7
DEZ	179599.4	11034.9	190634.3	
JAN-88	22881	10510.7	33391.7	1 TRIM
FEV	62375.1	10452.7	72827.8	=100,2
MAR	60117.6	4475.9	64594.5	
ABR	42152.4	6244.3	48396.7	2 TRIM
MAI	69956	6512.6	76468.6	=121,1
JUN	73718.2	7905.7	81623.9	

FONTE: BNDES
Deflator: O T N

4. EMPREGO INDUSTRIAL

O nível de emprego da indústria de transformação manteve-se estabilizado nos quatro primeiros meses desse ano (Tabela 1). Os dados disponíveis para junho indicam uma variação positiva de 0,3% em relação a maio, enquanto o segundo trimestre registra um crescimento de 0,9% em relação ao primeiro (Tabela 2).

Contudo, no primeiro semestre de 1988 o nível de emprego na indústria esteve 2,8% menor que no mesmo período do ano anterior. Ao comparar-se o nível de emprego dos dois trimestres deste ano com o dos trimestres anteriores, conclui-se que a situação é equivalente à observada em meados de 1986. Não obstante, desde o primeiro trimestre de 1987 o indicador de emprego industrial vinha caindo exponencialmente, de 118,6 para 114,4 (primeiro trimestre de 1988). O segundo trimestre mostra recuperação, mas isto, por si só, não representa reversão da tendência observada a médio prazo, a partir do ano passado. Há que se considerar, também, que o início de 1987 reflete ainda os efeitos do aquecimento da demanda do Plano Cruzado.

A taxa de desemprego aberto na indústria de transformação manteve-se, de janeiro a maio, sempre mais elevada que no mesmo período do ano de 1987 (Tabela 3). No entanto, a partir de março o desemprego começou a declinar, ficando junho com um nível mais baixo que o observado no mesmo mês do ano anterior. Esta melhoria não pode, tampouco, ser vista como tendência. Na verdade, indicadores apurados mais recentemente, relativos à indústria paulista, levam a conclusões exatamente opostas.

Os números da FIESP mostram que o nível de emprego no Estado de São Paulo vem caindo a cada mês (exceção foi o mês de fevereiro - Tabela 4). No período que vai de janeiro a julho de 1988, eliminaram-se 29.050 postos de trabalho na indústria paulista.

O que parece estar ocorrendo é que o setor industrial está em compasso de espera, com a produção ainda estagnada. A relativa estabilidade do emprego pode ser um sinal de que não estão de todo descartadas, pelos empresários, as expectativas positivas quanto a uma recuperação do nível de atividade no segundo semestre.

A incerteza quanto à evolução futura da economia, aliada aos custos de dispensa e posterior recontração e retreinamento de pessoal, pode, de certa forma, explicar a estabilidade do nível de emprego industrial. Entretanto, esta situação não é motivo para otimismo, pois a indústria paulista encontra-se hoje com um nível de emprego inferior ao de 1980 (Tabela 5).

Além disso, se for mantida até o final do ano a mesma média observada no primeiro semestre (114,9), o nível de emprego industrial registrará uma queda de 1,6% em 1988, com relação a 1987. De fato, uma estabilidade do nível de emprego em relação ao ano passado requer um crescimento de 3,2% da demanda por mão-de-obra no segundo semestre de 1988. A expansão do emprego em tal magnitude não é esperada. Contudo,

ao se levar em conta o efeito sazonal, que deverá afetar positivamente a produção no período julho-dezembro do corrente ano, alguma reação dos índices de emprego poderá ocorrer, contribuindo dessa maneira para que não se agrave o quadro de perdas de postos de trabalho em relação a 1987.

TABELA 1

ÍNDICE MENSAL DE EMPREGO - 1987/88
(dez/1984=100)

mês	Geral	Indústria de Transformação
Janeiro/1987	110,28	118,09
Fevereiro	110,77	118,86
Março	110,79	118,80
Abril	110,83	118,44
Maio	110,99	118,12
Junho	110,65	116,66
Julho	110,25	115,00
Agosto	110,46	114,80
Setembro	111,02	115,60
Outubro	111,51	116,14
Novembro	111,88	116,16
Dezembro	110,87	114,46
Janeiro/1988	111,13	114,41
Fevereiro	111,37	114,36
Março	111,89	114,46
Abril	112,43	114,85
Maio	113,09	115,59
Junho	113,58	115,89

Fonte: Ministério do Trabalho
Elaboração: CES/IPLAN

TABELA 2
BRASIL - EMPREGO NA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO
EVOLUÇÃO TRIMESTRAL - 1986/88

Período (trimestre)	Índices (dez/84=100)	Variação Percentual (s/ trimestre anterior)
1986		
1o.	108,7	-
2o.	111,0	2,1
3o.	115,5	4,0
4o.	118,0	2,2
1987		
1o.	118,6	0,5
2o.	117,7	-0,8
3o.	115,1	-2,2
4o.	115,6	0,4
1988		
1o.	114,4	-1,0
2o.	115,4	0,9

Fonte: Ministério do Trabalho
Elaboração: IPLAN/CIT

TABELA 3
B R A S I L
TAXA MENSAL DE DESEMPREGO ABERTO NA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO
1987/88

Mês	Desemprego na Indústria de Transformação
Janeiro/1987	3,76
Fevereiro	3,75
Março	3,61
Abril	4,11
Maio	4,93
Junho	5,69
Julho	6,39
Agosto	5,95
Setembro	5,24
Outubro	5,33
Novembro	4,68
Dezembro	3,28
Janeiro/1988	4,56
Fevereiro	5,57
Março	5,22
Abril	5,03
Maio	5,34
Junho	5,06

Fonte: PME/IBGE
Elaboração: CES/IPLAN

TABELA 4
EMPREGO INDUSTRIAL NO ESTADO DE SÃO PAULO
VARIACÃO DO NÍVEL MENSAL DE EMPREGO - 1988

Mês	-----		Percentual:
	mensal	acumulada	
Janeiro	-10.300	-10.300	-0,49
Fevereiro	2.300	-8.000	0,11
Março	-5.150	-13.150	-0,25
Abril	-3.000	-16.150	-0,15
Maio	-3.800	-19.950	-0,19
Junho	-7.950	-27.900	-0,39
Julho	-1.150	-29.050	-0,06

Fonte: Pesquisa Semanal FIESP/DECAD

Elaboração: IPLAN/CIT

* Variação do nível de emprego, sobre o mês anterior.

TABELA 5
EMPREGO INDUSTRIAL NO ESTADO DE SÃO PAULO
NÍVEL ANUAL - 1981/1988

Ano	Índice (dez/80=100)	Variação Percentual:
1981	92,40	
1982	86,75	-6,1
1983	79,82	-8,0
1984	79,71	-0,1
1985	85,36	7,1
1986	93,33	9,3
1987	96,91	3,8
1988 ^a	94,79	-3,5 ^c

Fonte: FIESP/DECAD

Elaboração: IPLAN/CIT

^a Sobre o ano anterior.

^b 1^o semestre.

^c Sobre igual período do ano anterior.

5. COMÉRCIO EXTERIOR

Os resultados da balança comercial

As exportações globais no primeiro semestre de 1988 alcançaram a cifra de US\$15,5 bilhões, registrando um crescimento de 45% em relação a janeiro-junho de 87. A par de determinantes internos, resultados de tal grandeza foram possíveis em razão da atmosfera internacional propícia ao comércio.

O desempenho da indústria em termos de setor externo vem-se mostrando extremamente favorável, comparado com o primeiro semestre do ano anterior. A partir de fevereiro de 1988, as exportações industriais vêm mantendo uma trajetória ascendente, totalizando, até junho, US\$ 11,2 bilhões, com um crescimento de cerca de 60% sobre o primeiro semestre do ano passado. De acordo com indicadores da FUNCEX, referentes ao período janeiro-maio de 1988, este crescimento deveu-se, em grande parte, ao aumento de mais de 50% na quantidade exportada em relação ao mesmo período do ano anterior. Há que se considerar, adicionalmente, um aumento de cerca de 11% nos preços dos produtos industrializados exportados.

Os principais responsáveis por este resultado são os produtos semimanufaturados; com um crescimento acumulado no primeiro semestre (sobre igual período de 1987) de aproximadamente 85%. Dentre estes, destacam-se os produtos da indústria metalúrgica, principalmente os semi-acabados de ferro e aço. Já as exportações de produtos manufaturados registram um crescimento de 55% em relação ao ano passado, com destaque para os provenientes da indústria mecânica, de material de transporte e papel e papelão (Tabelas 1, 2 e 3).

É interessante notar que incrementos positivos das exportações vêm ocorrendo a despeito da evolução, desfavorável aos exportadores, da taxa de câmbio e da relação câmbio/salário (esta última, por exemplo, tem registrado níveis bem inferiores aos observados em meados de 1985) (Gráfico 1).

A relação câmbio/salário industrial tem-se mantido relativamente estável ao longo de 1988, apesar da queda registrada em maio. No entanto, numa comparação com o período julho-outubro de 1987, observa-se que seu nível atual está baixo, o que pode ser apontado como um fator potencialmente desestimulador das vendas no mercado externo. Quanto ao câmbio, a taxa efetiva real para produtos manufaturados vem apresentando, nos primeiros meses do ano, um acúmulo de defasagens (Tabela 4).

O comportamento desses dois indicadores, notadamente da taxa de câmbio efetiva real, coloca em risco a competitividade internacional dos produtos brasileiros industrializados. A se manter a mesma tendência, pode-se duvidar da capacidade de as exportações continuarem evoluindo da mesma forma que no primeiro semestre do ano.

No tocante às importações, estas totalizaram US\$ 6,8 bilhões FOB (sendo US\$ 4,3 referentes aos principais produtos industrializados), registrando-se uma queda de cerca de 5% de janeiro a junho, em relação ao mesmo período de 1987. No âmbito dos produtos industrializados, esta queda deve-se aos bens intermediários, já que as importações de bens de capital e bens de consumo cresceram em relação ao ano passado (Tabela 5 e Gráfico 2).

É importante salientar que a expectativa quanto à nova política tarifária, em implementação no âmbito da Comissão de Política Aduaneira, pode ter adiado, para depois da vigência oficial das novas regras, a partir de 19. de julho de 1988, compras que, de outro modo, teriam sido feitas no primeiro semestre. Assim, é provável que no período julho-dezembro haja uma elevação das compras no exterior, coerente não apenas com um comportamento sazonal historicamente verificado (aumento das importações no segundo semestre), mas também com a mencionada mudança de política⁸. De qualquer forma, com a evolução positiva das exportações e a queda nas importações, a balança comercial vem registrando superávits expressivos, nunca antes observados neste mesmo período em anos anteriores. O superávit acumulado até junho foi de US\$8,6 bilhões e espera-se que alcance cerca de US\$ 15 bilhões até dezembro.

A questão do dinamismo das exportações

Atribui-se às exportações a responsabilidade pela manutenção da estabilidade no nível de atividade da indústria. Segundo dados apresentados pelo IEI/UFRJ, se não fosse o crescimento das exportações, o PIB de 1987 teria crescido apenas 1,02%, em lugar dos 2,9% observados⁹. Em relação ao ano em curso, as exportações possibilitaram, até junho, um impacto positivo direto na produção industrial, de cerca de 7,5%.

A Tabela 6 apresenta os principais segmentos da indústria responsáveis pelo acentuado crescimento das exportações observado no primeiro quadrimestre de 88.

⁸De acordo com estimativas da FUNCEX, com a reforma tarifária a alíquota média do Imposto de Importação cai a 33,5% para matérias-primas, 41,0% para bens de capital e 46,3% para bens de consumo. Essa queda da tarifa média, aliada à extinção do Imposto sobre Operações Financeiras-IOF e de alguns regimes especiais, tem como efeito a redução global no custo das importações, estimada em 12,5; 7,5 e 12,0 pontos percentuais, respectivamente para matérias-primas, bens de capital e bens de consumo. C.f. FUNCEX, T.D.I. nº 10 (de H. Kume e J. Patrício).

⁹Boletim de Conjuntura, Instituto de Economia Industrial, Vol. 8, nº 2, junho/1988, p. 37 e ss.

No ano de 1987, o valor das exportações industriais foi de US\$ 23,9 bilhões, sendo que 70,8% desse total originaram-se dos setores de produtos alimentares, química, metalurgia, material de transporte e mecânica, observando-se a mesma participação desses cinco segmentos líderes nas exportações do primeiro quadrimestre desse ano.

Contudo, é relevante notar que os setores de metalurgia, material de transporte e mecânica, que representaram, em 1987, 30% da pauta, foram responsáveis por cerca de 50% da taxa de crescimento das exportações nos primeiros quatro meses de 1988. Por sua vez, os setores de minerais não-metálicos, papel, têxtil, bebidas, material elétrico e borracha contribuíram com menos de 20% do esforço total de aumento das exportações.

Aparentemente, trata-se de uma concentração da base de sustentação das exportações nos três setores apontados. Dois deles foram dos mais atingidos pela retração do nível de atividade da economia como um todo. O terceiro setor apontado tem embutido o segmento da indústria automobilística, que, apesar de ter aumentado as vendas no mercado interno em cerca de 13% no quadrimestre, vendeu internamente o mesmo volume dos primeiros quatro meses de 1985 - observando-se que em abril daquele ano ocorreu séria greve no setor - e encontra-se com 27,4% a menos em vendas internas, comparativamente a 1986.

Embora não se possa concluir que exista uma relação direta entre capacidade ociosa e desempenho exportador (teoria do vent-for-surplus), observa-se que os três setores mais dinâmicos dessa metade de ano passaram por uma experiência deste tipo.

As colocações acima levantam algumas questões de interesse. A primeira está relacionada, numa eventual futura fase de expansão do ritmo de atividades, com a capacidade da indústria de sustentar o volume de exportações que vem mantendo ao longo dos primeiros meses deste ano.

Sem dúvida, o comportamento das vendas ao exterior vem sendo fortemente condicionado pela evolução da demanda interna. Na realidade, parece ser a contração das vendas no mercado interno a variável fundamental por trás dos superávits mensais recordes que se vêm observando¹⁰. Este fato, aliado à experiência do segundo semestre de 1986 e do primeiro de 1987, indicaria que a capacidade ou não de o setor industrial-exportador manter seu desempenho atual deveria ser motivo de preocupação para a política econômica.

¹⁰De acordo com dados indicativos do nível de consumo doméstico do CDC/MIC, o faturamento real do comércio interno representou, até maio de 1988, cerca de 80% do nível do ano de 1986. Sempre se pode argumentar que a base distorce os fatos, dado que em 1986 havia um superaquecimento da demanda. Ainda assim, como ordem de grandeza que abarca 75% do nível de consumo, aquele número é ilustrativo da evolução descendente do mercado interno.

Outra questão importante, de interesse a mais curto prazo, é: sendo as exportações o principal fator que tem garantido o nível de atividade atual da indústria, serão elas suficientemente dinâmicas para evitar uma queda na produção industrial de 1988, em relação a 1987?

Parece que, pela evolução que vêm mantendo, as exportações industriais tenderão a perder ao menos um pouco do seu ritmo no segundo semestre do ano. O grande crescimento observado entre janeiro e junho de 88 tem a seu favor a situação das exportações no primeiro semestre de 1987. De fato, o Gráfico 2 ilustra que o nível das exportações de produtos industrializados deste ano não está tão superior assim ao observado no segundo semestre do ano passado. O que verdadeiramente parece estar ocorrendo é que a base de comparação apresenta exportações muito deprimidas, ainda em razão dos efeitos do Plano Cruzado. Desta forma, não se deve esperar para o segundo semestre de 88 o mesmo dinamismo e os mesmos efeitos observados até agora.

UNIASIL - EXPORTAÇÕES DE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS
 Produtos Semimanufaturados e Manufaturados
 US\$ Milhões FOB

Mes/Ano	SEMIMANUFATURADOS		MANUFATURADOS		TOTAL	
	No mes	Ate o mes	No mes	Ate o mes	No mes	Ate o mes
1987						
Janeiro	171	171	763	763	934	934
Fevereiro	189	360	913	1676	1102	2834
Março	195	555	737	2413	932	2968
Abril	197	752	828	3241	1025	3993
Maió	193	945	1244	4485	1437	5430
Junho	273	1218	1370	5855	1643	7073
Julho	342	1560	1557	7412	1899	8972
Agosto	317	1877	1554	8966	1871	10843
Setembro	324	2201	1512	10478	1836	12679
Outubro	374	2575	1512	11990	1886	14565
Novembro	321	2896	1416	13406	1737	16302
Dezembro	221	3117	1425	14831	1646	17948
1988						
Janeiro	343	343	1315	1315	1658	1658
Fevereiro	336	679	1217	2532	1553	3211
Março	341	1020	1493	4025	1834	5045
Abril	371	1391	1639	5664	2010	7055
Maió	440	1831	1637	7301	2077	9132
Junho	418	2249	1693	8994	2111	11243

Fonte: CACEX/DEPEC
 Elaboração: IPLAN/CIT

TABELA 2

BRASIL - EXPORTAÇÕES DE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS

Principais produtos - 1988/1987

US\$ milhões FOB

DISCRIMINAÇÃO	JAN-ABR			JAN-JUN		
	1988	1987	VAR. %	1988	1987	VAR. %
A - Produtos Semimanufaturados	1028	512	99,22	2249	1209	86,02
Alumínio em bruto	214	94	127,66	502	229	119,21
blooms e palanq. de ferro e aço	52	4	1200,00	122	20	510,00
Couro de bovinos, curtido	80	8	900,00	160	38	321,05
Estante em bruto	46	23	100,00	100	61	63,93
Ferro-gusa	52	30	73,33	128	70	82,86
Manteiga de cacau (inc. óleo e gord)	51	42	21,43	92	78	17,95
Óleo de soja em bruto	2	11	-81,82	15	86	-82,56
Pasta de cacau ref./liquor de cacau	26	25	4,00	42	48	-12,50
Pasta quim. de madeira a soda e sulf.	149	78	91,03	309	149	107,38
Slabs e targets de ferro e aço	104	13	700,00	258	75	244,00
Demais produtos semimanufaturados	244	184	32,61	521	355	46,76
B - Produtos Manufaturados	4024	2440	64,92	8993	5789	55,35
Calçados, suas partes e componentes	276	219	26,03	615	445	38,20
Caldeiras, maq., apar. e inst. mec. (1+2+3)	445	272	63,60	1034	655	57,86
1-Maq. autom. de tratamento de infur.	42	24	75,00	103	55	87,27
2-Rotores de explosão/combustão interna	173	114	51,75	383	247	55,06
3-Outros produtos	230	134	71,64	548	356	53,93
Carne de bovino industrializada	61	28	117,86	144	88	63,64
Chapas de ferro ou de aço	298	60	396,67	598	154	208,31
Maquinas e aparelhos eletricos	204	138	47,83	457	337	35,61
Bateriais de transporte (1+2+3+4)	647	440	47,05	1517	1110	36,67
1-Automoveis de passageiros	160	110	45,45	395	323	22,29
2-Partes, pecas, serv., veic. aut. e tratores	107	73	46,58	250	182	37,36
3-Veiculos CKD e de carga	169	76	122,37	419	214	95,79
4-Outros produtos	211	151	39,74	453	361	25,48
Óleo de soja refinado	11	24	-54,17	62	73	-15,07
Papel p/ imprimir e escrever	71	35	102,86	159	76	109,21
Pneumáticos	50	28	78,57	118	73	61,64
Principais textéis	262	118	122,03	511	300	70,33
Produtos quimicos organicos	170	97	75,26	435	249	74,70
Suco de laranja	259	169	53,25	432	304	42,11
Demais produtos manufaturados	1270	812	56,40	2911	1925	51,22
TOTAL A + B	5044	2952	70,87	11242	6998	60,65

Fonte: CADEX/DEPEC

BRASIL - EXPORTAÇÕES DE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS

1986-1987

Evolução percentual

Mes/Ano	SEMIFABRICADOS		FABRICADOS		TOTAL	
	No mes	Até o mes	No mes	Até o mes	No mes	Até o mes
	1986/1987					
Janeiro	100,6	100,6	72,3	72,3	77,5	77,5
Fevereiro	77,8	88,6	33,3	51,1	40,9	57,7
Março	74,9	83,8	102,6	66,8	96,8	70,0
Abril	88,3	85,0	97,9	74,8	96,1	76,7
Maior	128,0	93,8	31,6	62,0	44,5	68,2
Junho	53,1	84,6	23,6	53,6	28,5	59,1

Fonte: CACEX/DEPEC

Elaboração: IPLAN/CIT

GRÁFICO 1

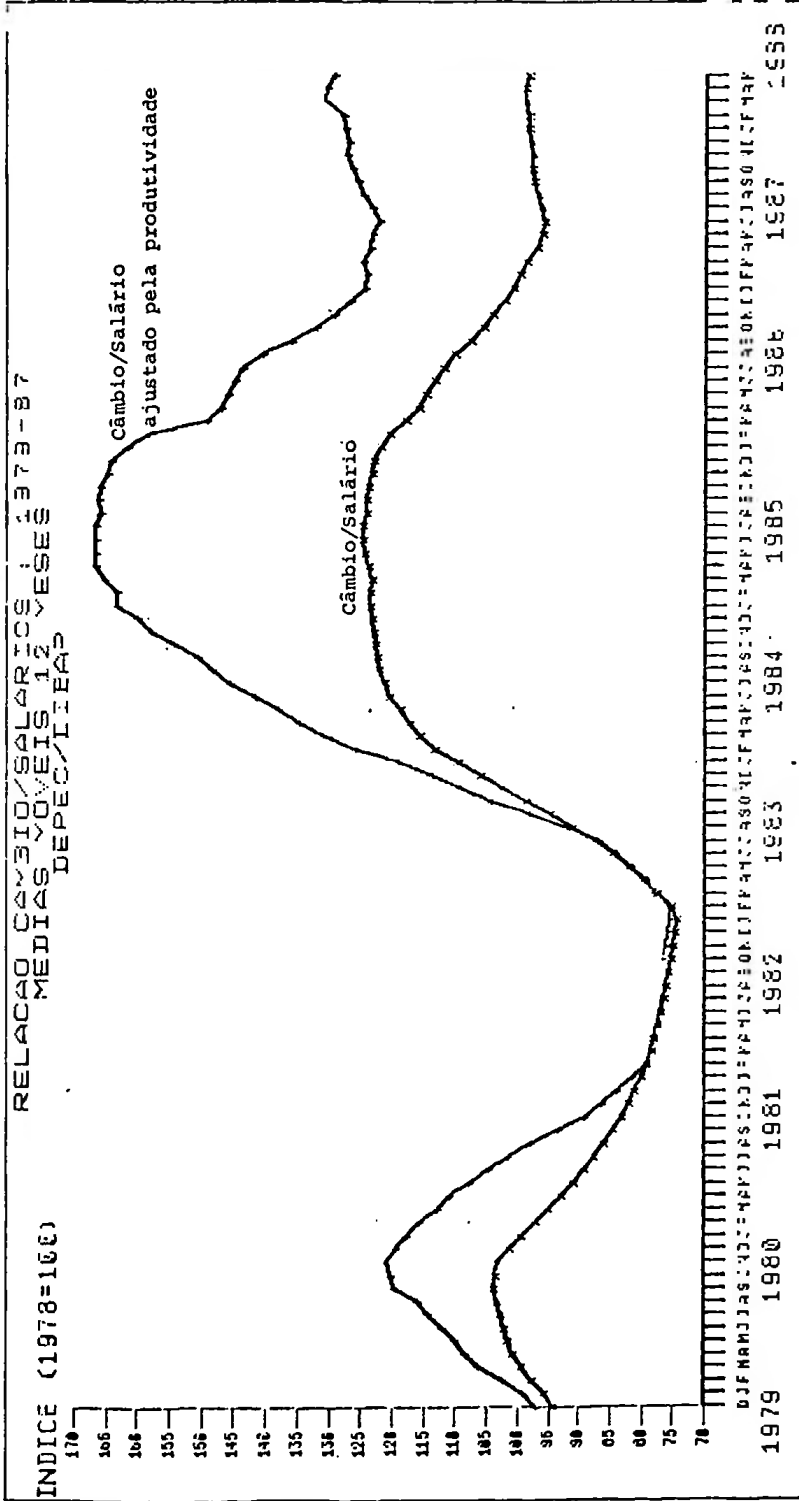


TABELA 4

INDICADORES DE COMPETITIVIDADE INTERNACIONAL

Período	Índice da Taxa de Câmbio Efetiva Real para Manufaturados	Variação no mês	Variação nos últimos 12 meses	Relação Câmbio/Salário Industrial (Cz\$/Cesta)	Variação no mês	Variação nos últimos 12 meses
Mar/86	100,00	2,5	23,4	100,00	-3,7	-10,4
Abr	101,02	1,2	14,9	103,19	3,2	-6,2
Mai	102,51	1,3	9,3	106,27	0,3	5,5
Jun	101,74	-0,8	3,9	104,71	-1,5	0,1
Jul	102,75	0,1	2,8	107,12	2,3	3,5
Ago	103,26	0,5	7,1	106,88	-0,2	0,9
Set	103,43	0,2	6,5	104,77	-0,2	-8,8
Out	104,35	0,9	6,2	103,23	-1,5	-5,8
Nov	102,85	-1,4	6,7	95,72	-7,3	-3,5
Dez	98,89	-3,9	2,8	97,59	0,2	-7,4
Jan/87	102,03	3,2	7,9	98,33	0,8	-2,6
Fev	105,64	3,5	8,3	103,20	0,5	-0,6
Mar	104,23	-1,3	4,2	98,39	-4,7	-1,6
Abr	96,43	-7,5	-4,7	95,96	-2,5	-0,7
Mai	95,91	-0,5	-6,4	100,51	4,7	-5,4
Jun	96,18	0,3	-5,5	99,47	-0,1	-5,4
Jul	100,85	4,9	-1,8	115,56	16,2	7,9
Ago	104,07	3,2	0,8	121,96	5,5	14,1
Set	105,36	1,2	1,9	117,96	-3,3	12,6
Out	100,78	-4,3	-3,4	116,34	-1,4	12,7
Nov	100,49	-0,3	-2,3	105,21	-9,6	9,9
Dez	98,82	-1,7	-0,1	106,70	1,4	9,3
Jan/88	93,06	-5,8	-8,8	105,95	-0,7	7,8
Fev	91,40	-1,8	-13,5	107,17	1,2	3,8
Mar	92,06	0,7	-11,7	109,48	2,1	11,3
Abr	91,16	-0,1	-5,5	101,82	-0,7	6,1
Mai	89,58	-1,7	-6,6			

FORNE DOS DADOS BRUTOS: CACEX, FGV, BCB, FIESP.

ELABORAÇÃO: CPM/IPLAN/IPEA

TABELA 5

BRASIL - IMPORTACOES DE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS
Principais Produtos por Valor Importado
US\$ milhoes CIF

SETORES	1987		1988		variacao 1988/87 %	
	jan-mar	jan-jun	jan-mar	jan-jun	jan-mar	jan-jun
BENS DE CAPITAL (A)	831,2	1838,3	1052,2	2009,5	26,6	9,3
BENS DE CAPITAL(1)	768,0	1714,0	1023,3	1925,4	33,2	12,3
Cald.,Maquinas e Apar.Mecanicos	399,2	893,4	563,5	1096,0	41,2	22,7
Maquinas e Aparelhos Eletricos	282,0	616,2	372,2	681,1	32,0	10,5
Veiculos e Material p/Vias Ferreas	5,3	13,9	2,9	6,2	-46,2	-55,6
Veic.Autonoveis,Tratores,Motociclos	81,5	190,5	84,8	142,2	4,0	-25,4
Navegacao Aerea	25,6	50,2	28,6	83,0	11,7	45,3
Navegacao Baritima e Fluvial	37,6	74,1	8,3	1,1	-99,3	-98,6
BENS INTERMEDIARIOS (B)	943,0	1928,5	872,6	1769,7	-7,5	-7,9
Produtos Quimicos Inorganicos	81,0	170,4	71,2	161,4	-12,0	-5,3
Produtos Quimicos Organicos	232,7	534,1	279,3	562,1	29,0	5,2
Fertilizantes	62,2	132,4	50,5	129,1	-18,9	-2,5
Extratos Tanantes e Tintoriais	33,1	57,9	31,0	66,6	-6,3	14,9
Prod.p/Fotografia e Cineatografia	21,5	38,6	21,9	45,6	1,6	18,1
Prod.Diversos da Ind. Quimica	43,7	94,0	54,7	104,8	25,1	11,5
Materias Plasticas e Artificiais	67,1	130,3	70,1	133,6	4,4	2,5
Borracha Natural e Sintetica	57,9	115,0	78,5	151,3	35,6	31,5
Pele e Couros	71,9	127,8	32,8	79,2	-54,4	-38,0
Papel,Cartolina,Cartao	52,3	114,6	38,9	83,3	-25,7	-27,3
Vidro e Obras de Vidro	15,3	34,1	9,1	18,6	-40,7	-45,6
Ferro Fundido e Aco	119,2	197,4	81,6	140,2	-31,6	-29,0
Cobre	74,1	154,8	42,8	75,2	-43,8	-51,4
Aluminio	9,0	19,1	10,4	18,8	15,6	-1,6
BENS DE CONSUMO E OUTROS (C)	222,7	455,6	259,0	506,6	16,3	11,2
Produtos da Industria de Noaga	13,6	28,1	16,0	35,9	17,8	27,0
Gorduras e Oleos	17,6	28,4	19,3	28,4	9,5	0,1
Produtos Farmaceuticos	12,8	26,2	8,9	20,9	-30,6	-20,4
Artigos de Livraria e Artes Graficas	22,7	50,3	18,4	34,5	-19,1	-31,4
Texteis Sintetigos e Artificiais	11,2	19,7	4,0	12,1	-64,3	-38,8
Perolas Naturais,Pedras Preciosas	13,9	26,6	12,4	25,4	-10,5	-4,6
Ferramentas,Cutelaria,Talheres	8,7	26,4	33,6	51,8	286,1	96,2
Instr.Apar.Otica e Fotografia	70,9	153,6	101,4	207,4	43,0	35,1
Relojoaria	17,4	25,3	8,8	20,5	-49,6	-18,9
Instr.Musica,Apar.Son,outros	33,9	71,0	36,2	69,7	6,9	-1,8
TOTAL (A+B+C)	1996,9	4214,4	2183,8	4285,8	9,4	1,7
TOTAL IMPORTACOES BRASILEIRAS	3951,4	7937,7	3861,5	7543,7	-2,3	-5,0

FORTE : CIEF/BF - Tabulacoes Especiais

1/ Subtotal excluidos os valores de navegacao aerea e maritima

TABELA 6

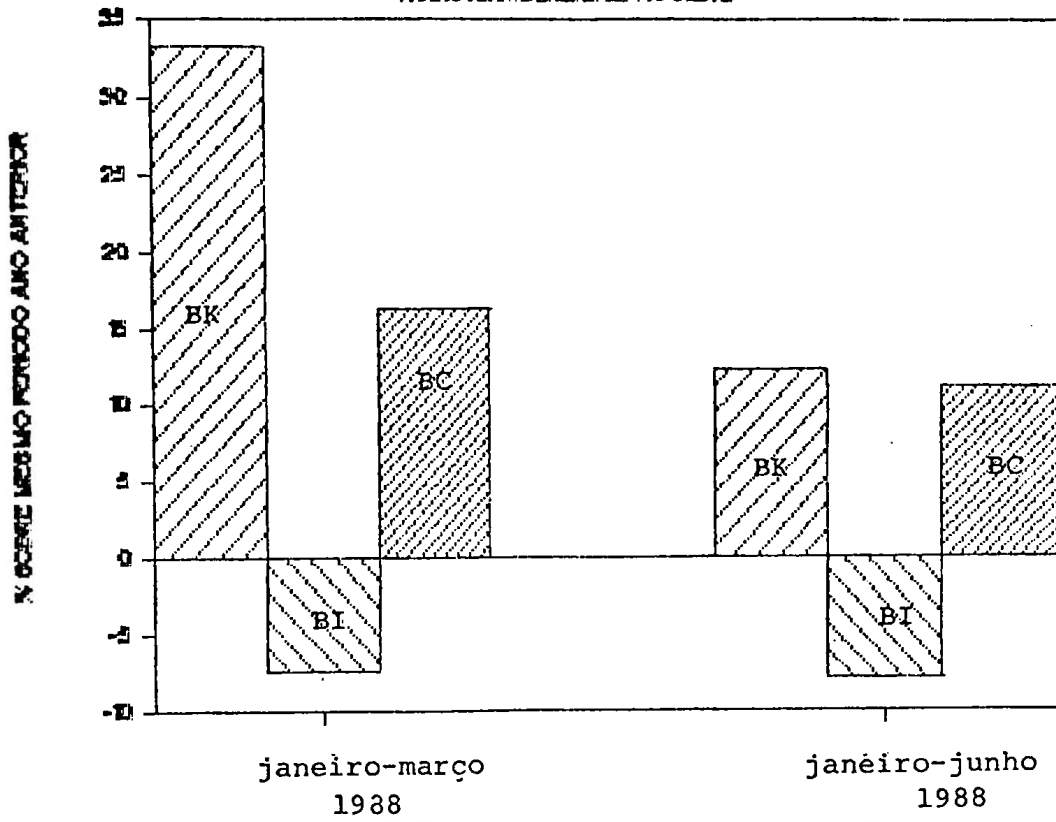
Brasil: Exportações Industriais
 Taxas de Crescimento e Participação na Pauta de Exportações Industriais

Gêneros Industriais	Crescimento % Jan-Abr 88 / Jan-Abr 87	Participação % (Jan-Abr 88)
Minerais não-metálicos	160,1	1,6
Metalurgia	140,0	18,0
Papel e Papelão	135,8	4,6
Bebidas	123,9	0,1
Têxtil	93,1	4,1
Mecânica	81,7	7,3
Mat. Transportes	62,1	10,8
Mat. Elét. Comun.	59,1	3,3
Borracha	52,2	1,2

FONTE: Boletim de Conjuntura IEI/UFRJ, junho de 1988.

IMPORTAÇÕES DE INDUSTRIALIZADOS

TAXAS ACUMULADAS DE VARIAÇÃO



EXPORTACOES PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS
1986/1988

